O DIREITO À SAÚDE DE ESTUDANTES PÓS-GRADUANDOS MIGRANTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - PR

Anna Helena Borges (PIBIC/Cnpq), Lislei Teresinha Preuss (Orientador), e-mail: lisleipreuss@hotmail.com. Ms. Marli de Freitas Mendes (Coorientadora).

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Serviço Social.

Área do conhecimento conforme tabela do CNPq: Ciências Sociais Aplicadas; subárea: Serviço Social Aplicado.

Palavras-Chave: *Migrantes; Direito à Saúde; Acolhimento Migratório; Estudantes de Pós Graduação da UEPG.*

Resumo

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas na iniciação científica. A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar como se efetiva o direito à saúde dos estudantes migrantes de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esse objetivo se desenrolou como continuidade à pesquisa anterior, que possuía, como foco, os estudantes migrantes graduandos. A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, e como procedimentos metodológicos para a sua realização utilizou-se da revisão bibliográfica e documental, através de levantamentos realizados junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Como resultado desta pesquisa verificou-se que o Brasil tem uma política de saúde inclusiva e universal que garante atendimento médico básico para todos, independentemente de sua nacionalidade.

Introdução

O objetivo geral, foi o de identificar como se efetiva o direito à saúde dos estudantes migrantes de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Quanto aos objetivos específicos, construir o perfil dos estudantes migrantes pós-graduandos da UEPG; realizar uma pesquisa bibliográfica quanto aos direitos positivos que este grupo possui em relação à Atenção Primária à Saúde; problematizar o direito dos migrantes no Brasil e produzir e socializar conhecimento sobre a temática.

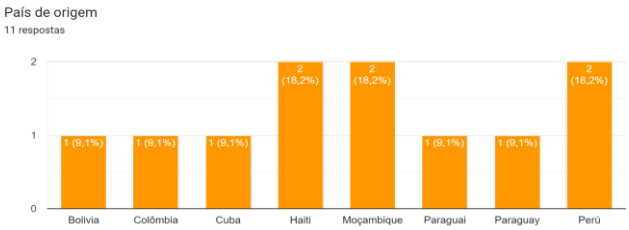
Materiais e Métodos

Essa pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, do tipo bibliográfica e documental. No decorrer de sua realização, sentiu-se necessidade de aprofundar o conhecimento da temática e acessar dados relevantes, em relação a como os estudantes migrantes da UEPG acessam ao seu direito à saúde, e assim atingir os objetivos propostos. Neste sentido, submeteu-se o projeto de pesquisa à Plataforma Brasil para apreciação no ano de 2022, referente ao projeto de iniciação cientifica, antecedente ao atual proposto, intitulado como “O direito ao acesso à saúde dos estudantes migrantes graduandos da Universidade Estadual de Ponta Grossa”.

Resultados e Discussão

Como apuração dos dados utilizou-se, como suporte metodológico, para o debate da discussão e sua efetivação, a revisão bibliográfica que versa sobre a temática propositiva, além de fontes documentais pautadas nas legislações e uma pesquisa qualitativa com os próprios estudantes do órgão via Google Forms. Dito isso, constatou-se que em relação à migração no Brasil, ela é considerada um marco de impacto social, cultural, demográfico e econômico.

Figura 1. Dados referente à pesquisa realizada, via Google Forms, com os estudantes pós-graduandos migrantes da UEPG.



Conclusão ou Conclusões

A presente pesquisa sinalizou que os avanços legais da imigração no Brasil e o acesso ao direito à saúde dos migrantes auxiliam na concretização dos direitos fundamentais destes indivíduos. Ademais, como tal discussão contribui para o entendimento da aplicação da letra da lei e seu efeito direto na vida dos migrantes, e como o acesso à saúde primária impacta diretamente no sistema de saúde pública. No que se refere aos resultados do gráfico, percebe-se que a UEPG atrai, em sua maioria, alunos de países latinos, os quais as pesquisas permeiam entre as áreas da saúde, educação e ciências agrárias.

Agradecimentos

Agradeço ao Cnpq, minha orientadora e minha coorientadora, por me proporcionar a oportunidade de devolver meus conhecimentos para a comunidade.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm.

Migrações e Direitos Humanos. Conectas Direitos Humanos. São Paulo, dezembro de 2023.